

O bem dos filhos: a paternidade responsável (II)

O primeiro artigo explicou como os homens colaboram com Deus na conceção e educação das crianças. Agora, a proposta é refletir sobre o valor dos filhos, acolhidos como um dom absoluto. Novo artigo da série sobre o Amor humano.

27/09/2016

A pessoa do filho

O artigo precedente baseava-se na grandeza de qualquer pessoa e, em concreto, daquelas que mais intervêm no aparecimento e desenvolvimento do ser humano.

Agora, ao cingir o nosso tema à procriação, passa a primeiríssimo plano a realidade do *filho*, que habitualmente determina os diversos comportamentos a esse respeito.

E assim, na base da atitude incondicional a favor da vida humana, surge a capacidade de apreciar que o filho — pela sua sublime condição pessoal e à margem de qualquer outra circunstância — goza de um valor inestimável, de uma bondade constitutiva que nunca seria possível exagerar.

Analogamente, no repúdio de uma nova vida esconde-se, subtil e inconscientemente, a consideração —

difusa mas operativa — de que o filho é um *mal*.

Um convencimento cuja enunciação explícita provoca espanto e recusa, mas fácil de compreender ao considerar os valores que dominam na nossa cultura.

O útil

Um olhar atento ao real permite distinguir três tipos de bens ou, melhor, três aspectos ou dimensões do bem.

Os bens *úteis* são os de categoria inferior; têm a sua bondade *duplamente* fora de si: *na* realidade para a qual servem e, de maneira definitiva, *naqueles* que querem o que esses instrumentos tornam possível.

Daí que, sem sofrer a menor alteração, deixem de valer quando já não existe — ou quando ninguém

quer — aquilo para que serviam, Sem se alterar nem se deteriorar, a melhor das chaves de fendas perde toda a sua utilidade se desaparecem os objectos unidos por parafusos; e todo o dinheiro do mundo nada vale se ninguém está disposto a mexer um dedo em troca dele.

O gozoso ou agradável

Os bens *deleitáveis* também gozam de uma bondade escassa, porque não a têm *em si*: em última instância, o seu valor depende de que alguém os queira e decida servir-se deles.

Por isso, a bondade daquilo que apenas é apreciado por causa do prazer ou do gozo que proporciona, desaparece enquanto ninguém quer desfrutar dela.

Ou seja, o útil e o agradável não são bons *em si e por si*. O seu valor reside nas pessoas que os procuram, em função das quais valem ou são bons:

trata-se de uma bondade *relativa, dependente*.

Odigno

A pessoa, pelo contrário, é um bem *digno* ou *absoluto*. A sua bondade radica *em si* mesma, no seu *ser pessoa*, com total independência de qualquer circunstância, idade, sexo, saúde, comportamento, eficácia, posição social...

E assim deve ser querida e apreciada: por si mesma ou absolutamente, independentemente de qualquer outra condição.

Sem dúvida, os bens dignos podem gerar satisfação ou serem úteis, mas não é essa a sua bondade *fundamental* ou *primeira*. A amizade, por exemplo, é fonte de alegrias incomparáveis e produz benefícios múltiplos. Mas não é básica e radicalmente boa *pelo* prazer ou

pelos serviços que gera, mas situa-se a anos-luz acima deles.

Poderia dizer-se que em si e por si é tão extraordinariamente boa, que *também* traz satisfações e benefícios, que nenhuma outra realidade pode proporcionar. Mas ter amigos só por essas vantagens acrescentadas degrada ou prostitui a amizade: *relativiza-a*, esquecendo que a sua bondade é *absoluta*.

Uma cegueira generalizada

No entanto, na nossa civilização, os bens relativos impuseram-se de tal modo que a própria noção de bem *digno* ou *absoluto* desapareceu.

Ano após ano, os meus alunos do primeiro ano de filosofia discutem se esta é ou não útil, para acabar por optar a favor da sua utilidade. A sua surpresa é grande quando lhes explico que, precisamente para manifestar a sua superioridade e

nobreza, Aristóteles declara a filosofia radicalmente *inútil*, termo que, para me fazer entender, traduzo como *supra-útil*, procurando compensar a ausência de significado da palavra *digno*.

De maneira parecida, depois de lhes explicar detalhadamente que a filosofia não se subordina a um objetivo ulterior, que o filósofo só procura saber *pelo saber*, quase todos o *traduzem* afirmando que o filósofo conhece *pelo prazer* de saber.

Como muitos dos nossos contemporâneos, às vezes parecem incapazes de conceber o bom *em e por si*, e não em virtude do benefício ou satisfação que gera. Em tais circunstâncias, ao não poder compreendê-la, a bondade do *digno* “não existe”.

Gostas de ter filhos?

A respeito da procriação, o problema surge quando, sem plena consciência, a bondade do filho tende a medir-se com os parâmetros dos bens inferiores, coisa bastante frequente.

Em intervenções públicas, ao comentar que tenho sete filhos, não é raro que algum dos que assistem me pergunte: «*Tu gostas* muito de crianças, não é?» Costumo fazer uma pausa, olhá-lo fixamente uns segundos e acrescentar em tom amável: «Gostar, gostar, do que verdadeiramente *gosto* é de presunto. Aos meus filhos, *amo-os* com toda a alma».

A reação costuma ser cordial e não me custa demasiado fazer-lhes entender que um filho — uma pessoa — nunca se deve converter numa questão de gostos, caprichos ou apetites.

E é que o *digno* está a anos-luz acima do *deleitável e doutil*. Em rigor, trata-se de bens incomensuráveis, que nunca deveriam ponderar-se na mesma balança. O digno justifica-se por si mesmo e por si mesmo deve querer-se; o útil e deleitável, não.

Em consequência, mais do que conhecer os critérios que regem a procriação responsável — que sem dúvida há que saber — hoje é imprescindível desenvolver a aptidão — frequentemente atrofiada ou inexistente — para captar com profundidade a bondade própria do filho. Advertir que, para o trazer ao mundo, não falta é necessária mais nenhuma razão do que a sua sublime grandeza; e que o que requer outros motivos, sérios e proporcionados, é *não* o procurar trazer.

Existem tais motivos?

Para *impedir* a procriação ou *eliminar* o seu fruto, não. Sim, em

certas ocasiões, para *deixar de* pôr os meios para que a procriação possa acontecer.

O filho constitui um bem absoluto, no sentido mais próprio do termo. Mas absoluto não equivale a *infinito*. E precisamente por causa da sua finitude, *sempre* traz consigo certos males, os derivados da necessidade de o atender, que poderiam ser considerados *normais*.

Diante deles, quando se ignora ou se desconhece a bondade absoluta da pessoa, o filho passa automaticamente a conceber-se como um *mal*. Mas, pelo mesmo motivo, sê-lo-ão também o cônjuge, os pais, os irmãos, os amigos...

Deparamos com a lógica tremendamente individualista de Sartre, para quem «o inferno são os outros», e a única resposta, o isolamento; ou seja, a solidão, o mais autêntico inferno.

A exclusão do digno desemboca inevitavelmente num paradoxo, num caminho cego, sem saída. Pelo contrário, o reconhecimento do filho como bem absoluto, relativiza esses males inevitáveis e transforma-os em ocasião de crescimento pessoal.

Inconvenientes graves ou extraordinários

São os que *põem em jogo* a outra ou outras pessoas: perigo sério para a mãe gestante ou para a subsistência da família, cargas que a saúde física ou psíquica dos pais aconselha não assumir...

Em tais circunstâncias, a situação muda... e também se deve modificar a atitude e o comportamento dos possíveis pais.

O critério de fundo é o que rege toda a atuação moral: faz o bem e evita o mal, com as exigências próprias de cada membro deste enunciado.

Fazer o bem constitui o mais básico, fundamental e alegre dever do ser humano. Mas ninguém está obrigado a realizar *todos* os bens que, em abstrato, pudesse realizar. Entre outros motivos porque, ao optar por um deles — uma profissão, um estado civil... — terá forçosamente que deixar para trás todos os bens alternativos que, em tais circunstâncias, poderia escolher e levar a cabo.

Pelo contrário, nunca está permitido *querer* positivamente um mal ou *impedir*, também mediante uma ação dirigida diretamente a isso, um bem. O imperativo de evitar o mal, com que se completa a faceta afirmativa da ética, não admite exceções.

De novo a bondade do filho

Fizemos estas reflexões tendo em vista, sobretudo, a grandeza da pessoa dos filhos, que, como afirma o *Catecismo da Igreja católica* (nº.

1652), citando, por sua vez, o Vaticano II, “são o dom mais excelente do matrimónio e contribuem grandemente para o bem dos seus pais”.

Apoiados precisamente nessa bondade íntima e constitutiva, que não é possível exagerar, no que diz respeito à procriação convém distinguir dois comportamentos opostos, e conhecer o princípio que permite distingui-los.

a) Se existem causas proporcionadas, é moralmente lícito *não querer* fazer o necessário para haver uma nova conceção, ainda que nunca com intenção *anti* conceptiva, mas meramente *não* concetiva; por outras palavras, é permitido *deixar de* querer a procriação de um novo filho e *deixar de* atuar em favor dela.

b) Mas nunca será moralmente legítimo *pôr ativamente* *impedimentos* para que o filho

chegue à vida (*anti* ou *contra* conceção), pois isso, equivaleria a querer positivamente um *mal* — que *não exista* a nova criatura — a agir em conformidade.

É a profunda diferença que separa a *anticonceção* do uso adequado dos *métodos naturais*. Divergência que, apesar da habitual denominação, não é apenas, nem pouco mais ou menos, uma questão de métodos.

Ou seja, o critério de fundo continua a ser a *bondade absoluta* do filho. Quem por razões graves decide deixar de pôr os meios para uma nova conceção, tem de continuar a considerar o filho possível como um grande bem, mas que não procurarão em virtude da sua condição atual.

Não fazem nada positivo que se oponha à conceção, mas abstêm-se de pôr os meios para que um novo ser humano receba a existência. E se,

à margem da sua vontade, Deus os abençoasse com outro filho, aceitá-lo-iam sem reservas, confiando na infinita Bondade e Omnipotência divinas.

As famílias numerosas

Finalmente, a consideração da grandeza constitutiva de cada filho ajuda a entender, como também recorda o *Catecismo*, que “a sagrada Escritura e a prática tradicional da Igreja” vejam “as *famílias numerosas* como um sinal da bênção divina e da generosidade dos pais” (núm. 2373).

Certamente, existem casais a quem Deus concede poucos filhos ou aqueles a quem não confere descendência, pedindo-lhes então que encaminhem a sua capacidade conjunta de amar para o bem de outras pessoas; mas, também pelo que implica de generosidade, a criação e o cuidado de uma família numerosa, se tal for a vontade de

Deus, é uma garantia de felicidade e de eficácia sobrenatural (cf. *Cristo que passa*, n. 25).

Como afirmava Bento XVI e, talvez de maneira particular no momento presente, as famílias “com muitos filhos constituem um testemunho de fé, valentia e otimismo” (Audiência Geral, 2-XI-2005) e “dão um exemplo de generosidade e confiança em Deus” (Discurso, 18-I-2009); por sua vez, o papa Francisco exclamava: “dá alegria e esperança ver tantas famílias numerosas que acolhem os filhos como um verdadeiro dom de Deus” (Audiência geral, 21-01-2015).

Por outro lado, em bastantes ocasiões Deus abençoa a generosidade desses pais, suscitando entre os seus filhos decisões de entrega plena a Jesus Cristo e desejos de trazer também eles ao mundo numerosos filhos. São famílias que estão cheias de vitalidade humana e sobrenatural.

Além disso, ao chegar à velhice, os pais ver-se-ão habitualmente rodeados do afeto dos seus filhos e dos filhos dos seus filhos.

Tomás Melendo

pdf | Documento gerado automaticamente a partir de <https://opusdei.org/pt-pt/article/o-bem-dos-filhos-a-paternidade-responsavel-ii/>
(23/01/2026)